

PAUTA

84ª Reunião da Câmara de Saúde Suplementar – CAMSS

Data: 17/09/2015

Horário: Das 14h às 17h

Local: Centro de Convenções Bolsa do Rio

Endereço: Praça XV de Novembro, nº 20 – Salão Nobre, Térreo – Centro

1. Abertura – 14 h

2. Informes – 14h15

- 2.1. Novas Resoluções Normativas;
- 2.2. Agenda Regulatória da ANS 2016/2018; e
- 2.3. Consulta Pública do Rol de Procedimentos.

3. Apresentações e Debates – 14h45

- 3.1. GT do Fator de Qualidade;
- 3.2. Revisão do Índice de Reclamação;
- 3.3. Programa de Qualificação das Operadoras – resultado ano base 2014;
- 3.4. Novo modelo do Monitoramento da Garantia de Atendimento; e
- 3.5. Revisão das regras sobre ativos garantidores - RN 159.

4. Encerramento – 17h

- **Principais Atos Publicados**

RN nº 380, de 12 de junho de 2015, que altera a Resolução Normativa nº 237, de 21 de outubro de 2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Saúde Suplementar.

Alteração: Incluiu a Associação Nacional de Hospitais Privados – ANAHP no rol de entidades com representação na Câmara de Saúde Suplementar.

RN nº 381, de 12 de junho de 2015, que altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar instituído pela Resolução Normativa – RN nº 197, de 16 de julho de 2009; e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.

Esta Resolução alterou internamente as competências da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO.

RN nº 382, de 02 de julho de 2015, que altera a Resolução Normativa – RN nº 44, de 24 de julho de 2003, que dispõe sobre a proibição da exigência de caução por parte dos prestadores de serviços contratados, credenciados, cooperados ou referenciados das operadoras de planos de assistência à saúde, e dá outras providências.

Esta Resolução alterou a RN 44/2003 para prever que caso qualquer órgão da ANS tome ciência da existência de indícios de exigência de caução por parte de qualquer prestador de serviço de saúde, deve imediatamente remeter cópia de tais documentos e quaisquer outros elementos que comprovem ou auxiliem na comprovação da prática de conduta indevida à respectiva Diretoria Adjunta para análise acerca da pertinência de seu envio à Procuradoria Federal junto à ANS - PROGE, que então a remeterá ao Ministério Público do estado em que se deu o fato relatado. Além disso, a nova RN extinguiu a Comissão Especial Permanente, anteriormente prevista no art. 2º, da RN nº 44, instituída para fins de recepção, instrução e encaminhamento das denúncias relativas à exigência de caução ou garantia de qualquer natureza, por prestador de serviço credenciado, referenciado, contratado ou cooperado das operadoras de planos privados de assistência à saúde.

RN nº 383, de 13 de julho de 2015, que altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar instituído pela Resolução Normativa – RN nº 197, de 16 de julho de 2009; e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.

Esta Resolução alterou internamente as competências da Secretaria-Geral da ANS.

RN nº 384, de 04 de setembro de 2015, que dispõe sobre oferta pública de referências operacionais e cadastro de beneficiários – OPRC, estabelecendo requisitos para habilitação e condições especiais para as operadoras com proposta autorizada e altera a Resolução Normativa – RN nº 112, de 28 de setembro de 2005; a RN nº 186, de 14 de janeiro de 2009, e a RN nº 316, de 30 de novembro de 2012.

Esta resolução dispõe que após o prazo estabelecido no art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2011 (30 dias), não sendo promovida a alienação compulsória de carteira, poderá ser realizada oferta pública das referências

operacionais e do cadastro de beneficiários de operadora de plano de assistência à saúde com saída ordenada do mercado, estabelecendo requisitos para habilitação e condições especiais para as operadoras com proposta autorizada.

Obs: Este tema será objeto de apresentação.

RN nº 385, de 9 de setembro de 2015, que altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar instituído pela Resolução Normativa – RN nº 197, de 16 de julho de 2009; e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.

Esta Resolução alterou internamente as competências da Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES e da Diretoria de Gestão - DIGES.